



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp.pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

16 de maio de 2022

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de março de 2022

Rendibilidade

Modelo de negócio robusto; crescimento do resultado operacional *core*, impulsionado pelo aumento dos proveitos *core*; redução da imparidade do crédito

Capital e Liquidez

Posição de capital adequada; posição de liquidez reforçada

Evolução do negócio e Qualidade do crédito

Recursos com forte dinâmica de crescimento; crescimento relevante da carteira de crédito; melhoria generalizada dos indicadores de qualidade do crédito e níveis de cobertura confortáveis

- **Resultado líquido** do **Grupo** de **112,9 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2022, influenciado por encargos de 123,3* milhões de euros associados à carteira de créditos em francos suíços concedidos pela subsidiária na Polónia. Excluindo os encargos referidos, o **resultado líquido** do **Grupo** ascenderia a **174,6 milhões de euros (+52,6%**, face ao primeiro trimestre de 2021).
- **Resultado líquido** de **107,6 milhões de euros** em **Portugal (+29,0%** face ao período homólogo de 2021).
- O **resultado antes de imparidades e provisões** aumentou **36,8%** no **Grupo** e **26,2%** em **Portugal**.
- **Rácio de capital total** e **rácio CET1 fully implemented** estimados de **15,5%** e de **11,5%**, respetivamente, acima dos requisitos regulamentares (em base *pro forma***), **rácio de capital total** de **16,2%** e **rácio CET1** de **12,0%** sujeito à aprovação já solicitada da aplicação do artigo 352 (2) da CRR).
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de **23,9 mil milhões de euros**.
- **Aumento** do **crédito performing** do **Grupo** em **3,1 mil milhões de euros, +5,8%** face a março de 2021 (**+2,1 mil milhões de euros** em **Portugal, +5,7%**). **Redução** dos **NPE** em **Portugal** em **0,4 mil milhões de euros (0,1 mil milhões de euros** desde o início do ano), mesmo em contexto adverso.
- **Custo do risco** de **62 pb** no **Grupo** e de **68 pb** em **Portugal** (80 pb e 94 pb no primeiro trimestre de 2021, respetivamente).
- **Crescimento** da base de **Clientes; +595 mil Clientes mobile (+20%)**.

* Líq. de impostos e antes de int. que não controlam; inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e assessoria jurídica.

** Sujeito a autorização do BCE.

Nota: variação de crédito e recursos em base *pro forma* (exclui, em março de 2021, os montantes das operações entretanto alienadas).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt



SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	31 mar. 22	31 mar. 21	Var. 22/21
BALANÇO			
Ativo total	95.561	88.420	8,1%
Situação líquida	6.570	7.296	-10,0%
Crédito a clientes (líquido)	56.656	54.199	4,5%
Recursos totais de clientes	91.358	87.042	5,0%
Recursos de clientes de balanço	73.495	66.888	9,9%
Depósitos e outros recursos de clientes	71.944	65.373	10,1%
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	78,7%	82,9%	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	77,1%	81,0%	
RESULTADOS			
Margem financeira	465,1	374,8	24,1%
Produto bancário	700,7	577,9	21,2%
Custos operacionais	255,0	252,1	1,1%
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	255,0	251,4	1,4%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	89,9	111,0	-19,1%
Outras imparidades e provisões	164,1	131,7	24,6%
Impostos sobre lucros	85,5	56,9	50,2%
Resultado líquido	112,9	57,8	95,2%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	3,0%	2,7%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,5%	0,1%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,8%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	8,2%	4,0%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	12,1%	5,0%	
Taxa de margem financeira	2,19%	1,92%	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2) (3)	38,8%	46,1%	
Rácio de eficiência (2)	36,4%	43,6%	
Rácio de eficiência (2) (3)	36,4%	43,5%	
Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3)	33,7%	40,1%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3)	19,7%	24,4%	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	62	80	
<i>Non-Performing Exposures</i> / Crédito a clientes	4,6%	5,5%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	67,9%	64,7%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,2%	4,5%	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	283%	270%	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	150%	144%	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	11,4%	12,2%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,5%	12,2%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	15,5%	15,5%	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	421	476	-11,6%
Atividade internacional	843	878	-4,0%
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.264	7.004	-10,6%
Atividade internacional (5)	9.480	10.064	-5,8%

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário. Na sequência da venda, no quarto trimestre de 2021, da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. à Union Bancaire Privée, UBP S.A. e da venda de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. (“SIM”), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo destas subsidiárias para o resultado consolidado do Grupo, no primeiro trimestre de 2021, encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM nesse período não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros nesse período.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 0,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, relacionados com custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal.

(4) Os rácios de capital com referência a 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 31 de março de 2022 correspondem a valores estimados, não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 6.980 colaboradores em 31 de março de 2022 (correspondendo a 6.842 FTE - *Full-time equivalent*) e 7.392 colaboradores em 31 de março de 2021 (correspondendo a 7.238 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022

O primeiro trimestre de 2022 foi marcado pela eclosão da guerra na Ucrânia, decorrente da invasão daquele país por parte da Federação Russa, em finais de fevereiro. No contexto da crise geopolítica daí resultante, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia, tendo implementado um conjunto de mecanismos de acompanhamento da situação e de medidas de apoio ao povo ucraniano. Embora a exposição direta do Grupo às economias dos dois países envolvidos no conflito não seja material, o agravamento das perspetivas para a economia mundial e a elevada incerteza que prevalece quanto a um potencial escalar do conflito não permitem, nesta fase, excluir liminarmente impactos futuros significativos, que não são neste momento passíveis de previsão ou quantificação.

Pese embora a evolução favorável da pandemia associada à COVID-19 no primeiro trimestre de 2022, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, nomeadamente aquelas mais afetadas pelos efeitos da pandemia. Nesse sentido, importa salientar a relevância dos acordos estabelecidos com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e com o Fundo Europeu de Investimento (FEI), destinados a apoiar empresas portuguesas e polacas, materializados através da concessão de garantias de montante significativo.

Paralelamente, o Banco mantém o enfoque na constante inovação e transformação tecnológica, centrada nas necessidades dos Clientes, resultando num crescimento continuado da sua base de clientes, com especial destaque para os Clientes *mobile*. O crescimento acelerado da utilização do *mobile*, quer na vertente transaccional quer no aumento das vendas, com elevados índices de recomendação, comprovam o reconhecimento externo, materializado nos vários prémios e distinções que o Banco tem vindo a receber.

Na sequência da venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. ("Banque Privée") e da alienação pelo BIM de 70% da participação detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), no quarto trimestre de 2021 e conforme o disposto na IFRS 5, o contributo destas subsidiárias para o resultado consolidado do Grupo, no primeiro trimestre de 2021, encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM no primeiro trimestre de 2021 não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Assim, tendo em conta a imaterialidade dos respetivos saldos de balanço no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros no período em causa. O preço final da operação de venda do "Banque Privée" está ainda sujeito a ajustamentos decorrentes da evolução dos ativos sob gestão e outros aspetos relacionados com os termos contratuais da transação. No primeiro trimestre de 2022, a rubrica resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação reflete essencialmente um acerto parcial feito nesse contexto.

No primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a forma de apresentação das provisões constituídas pelo Bank Millennium para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em francos suíços, tendo passado a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com o disposto na IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, anteriormente reconhecidas no passivo de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Neste sentido, o Grupo procedeu à reexpressão da informação anteriormente publicada, para todos os períodos com início a 1 de janeiro de 2020, verificando-se simultaneamente uma redução do valor de balanço da carteira de crédito a clientes e das outras provisões do passivo, face à posição financeira anteriormente divulgada pelo Grupo. A constituição de provisões de acordo com o enquadramento previsto na IAS 37 passará a ser aplicada apenas às situações de litígio relacionadas com processos de crédito já reembolsados e não refletidos no Balanço do Grupo. Adicionalmente, o Bank Millennium alterou a apresentação dos juros dos instrumentos financeiros derivados que não se enquadram na definição de contabilidade de cobertura formal prevista na IFRS 9. Tendo em conta que estes instrumentos, embora incluídos na carteira de negociação, foram contratados com o objetivo de estabelecer uma relação de cobertura económica do risco dos ativos ou passivos financeiros cobertos, a subsidiária polaca passou, a partir do primeiro semestre de 2021, a relevar os respetivos juros em margem financeira, quando anteriormente eram reconhecidos em resultados em operações financeiras. Assim, as demonstrações financeiras do Grupo publicadas em períodos anteriores foram reexpressas, a partir de 1 de janeiro de 2020, de forma a garantir a comparabilidade da informação.

RESULTADOS

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 112,9 milhões de euros nos primeiros três meses de 2022, quase duplicando (+95,2%) face aos 57,8 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete o desempenho favorável verificado quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, com a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo a atingir 8,2% no primeiro trimestre de 2022 (significativamente acima dos 4,0% alcançados em igual período de 2021 e dos 2,4% no final do ano anterior).

Em termos consolidados, o crescimento do resultado líquido, face ao primeiro trimestre de 2021, foi alcançado com uma evolução favorável da generalidade das rubricas, merecendo especial destaque, por um lado, o crescimento dos proveitos *core*, decorrente do desempenho positivo da margem financeira, com um forte crescimento no período, e das comissões líquidas, e, por outro, pela redução das necessidades de provisionamento da carteira de crédito. Entre outras rubricas com impacto menos material, refira-se também a melhoria evidenciada pelos outros proveitos de exploração líquidos, que se revelaram menos negativos do que no primeiro trimestre do ano anterior.

Inversamente, a evolução do resultado líquido do Grupo foi influenciada pelo aumento das outras imparidades e provisões, nomeadamente no que respeita à constituição de uma provisão destinada a fazer face aos riscos decorrentes da atividade em Portugal. Importa referir que apesar das provisões reconhecidas pelo Bank Millennium, S.A. na Polónia, para fazer face ao risco legal implícito na carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, terem evoluído favoravelmente, de 112,8¹ milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, para 97,4¹ milhões de euros no mesmo período do ano corrente, estas provisões continuam a assumir um peso relevante, condicionando de forma negativa o desempenho dos resultados do Grupo. Por outro lado, os restantes custos associados a esta carteira, nomeadamente os custos suportados com a conversão ou reembolso de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes, revelaram-se superiores face ao montante apurado no primeiro trimestre de 2021, levando a que os custos globais suportados pelo Banco, associados a esta carteira, tenham aumentado de 56,6² milhões de euros nos primeiros três meses de 2021 para 61,8² milhões de euros no primeiro trimestre de 2022. Apesar de numa dimensão mais reduzida, a evolução dos custos operacionais, em termos consolidados, também influenciou desfavoravelmente o desempenho do resultado do Grupo, na medida em que as poupanças obtidas na atividade em Portugal, face ao primeiro trimestre de 2021, foram insuficientes para compensar o aumento de custos registado, no mesmo período, na atividade internacional, reflexo dos níveis de inflação mais elevados que se verificam nas geografias onde ela se desenvolve.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido apresentou um crescimento de 29,0% face aos 83,4 milhões de euros alcançados no primeiro trimestre do ano anterior, totalizando 107,6 milhões de euros nos primeiros três meses de 2022. Esta evolução reflete o bom desempenho da generalidade das rubricas, sendo, no entanto, de salientar, por um lado, o crescimento dos proveitos *core*, impulsionado quer pela margem financeira, quer pelas comissões líquidas, e por outro, a expressiva redução das necessidades de provisionamento da carteira de crédito face ao primeiro trimestre de 2021. O resultado líquido da atividade em Portugal beneficiou ainda do crescimento registado nos resultados em operações financeiras e dos outros proveitos de exploração líquidos, bem como das poupanças obtidas nos custos operacionais. Inversamente, a evolução do resultado líquido da atividade em Portugal foi condicionada pelo aumento das outras imparidades e provisões, em parte influenciadas pelos elevados níveis de incerteza que caracterizam o contexto atual.

¹ Montante líquido do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser ressarcido por entidade terceira, reconhecido em outros proveitos de exploração líquidos.

² Montante líquido de impostos e de interesses que não controlam.

Na atividade internacional, o resultado líquido evoluiu favoravelmente, de 25,6 milhões de euros negativos apurados no primeiro trimestre de 2021, para 5,3 milhões de euros de lucro nos primeiros três meses de 2022. O desempenho da subsidiária polaca contribuiu decisivamente para esta evolução, em boa parte devido ao crescimento registado na margem financeira, decorrente da inversão da tendência de cortes das taxas de juro de referência impostos pelo banco nacional polaco, que se iniciou no último trimestre de 2021, com sucessivos aumentos que prosseguiram no primeiro trimestre de 2022. De referir também que o desempenho favorável da subsidiária polaca foi possível apesar do aumento dos custos associados aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que evoluíram de 113,0³ milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, para 123,3³ milhões de euros no mesmo período do ano corrente, continuando a penalizar fortemente o resultado da subsidiária. As provisões para fazer face ao risco legal implícito na carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira continuam a representar a parcela mais significativa destes custos, que influenciam várias rubricas da conta de exploração, sendo que o aumento mais relevante, face ao primeiro trimestre de 2021, se fez sentir sobretudo nos resultados em operações financeiras, uma vez que os mesmos incorporam montantes relevantes de perdas cambiais na sequência dos acordos celebrados com os clientes, tendo em vista a conversão dos créditos para moeda local ou o seu reembolso (total ou parcial) antecipado. Excluindo a totalidade destes impactos em ambos os exercícios, a atividade internacional apresentaria lucros de 67,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, face aos 31,0 milhões de euros alcançados no trimestre homólogo de 2021.

A evolução do resultado líquido das operações no exterior foi ainda condicionada, apesar de numa dimensão mais reduzida, por um lado, pelo aumento do contributo da operação em Moçambique, cujo desempenho favorável foi potenciado pela evolução cambial do metical face ao euro e, por outro, pela menor apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico.

Na sequência da alienação, no final de 2021, da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. ("Banque Privée") e da alienação pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. à Fidelidade de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), e conforme o disposto na IFRS 5, o contributo conjunto de ambas as subsidiárias para o resultado consolidado do Grupo, 2,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional. No primeiro trimestre de 2022, a mesma rubrica totalizou 1,4 milhões de euros incorporando maioritariamente o acerto do preço de venda do Banque Privée, conforme condições previamente acordadas⁴.

O **resultado operacional core** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 402,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, apresentando um crescimento significativo de 37,2% face aos 293,8 milhões de euros alcançados no mesmo período de 2021. Esta evolução foi impulsionada pelo aumento de 20,5% dos proveitos *core*, decorrente do desempenho favorável generalizado em todas as geografias, merecendo especial destaque o desempenho da subsidiária polaca.

Na atividade em Portugal, o resultado operacional *core* situou-se 18,3% acima dos 173,4 milhões de euros alcançados no primeiro trimestre de 2021, totalizando 205,0 milhões de euros no final de março de 2022, beneficiando, por um lado, do crescimento de 7,5% dos proveitos *core* e, por outro, das poupanças obtidas nos custos operacionais que se situaram 5,0% abaixo do montante apurado no primeiro trimestre de 2021.

³ Montante líquido de impostos e antes de interesses que não controlam.

⁴ O preço de venda recebido pode ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de *stocks* e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas.

O resultado operacional *core* da atividade internacional, por sua vez, registou um crescimento muito relevante situando-se 64,4% acima dos 120,4 milhões de euros apurados nos primeiros três meses de 2021, ascendendo a 197,9 milhões de euros em igual período de 2022. Para esta evolução contribuiu sobretudo o desempenho da subsidiária polaca, onde se destaca o crescimento de 40,1% dos proveitos *core*. Na operação em Moçambique, apesar de numa escala inferior, o resultado operacional *core* também evoluiu favoravelmente neste período.

A **margem financeira** apresentou um crescimento significativo de 24,1% face aos 374,8 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2021, ascendendo a 465,1 milhões de euros no final de março de 2022. Esta evolução reflete o desempenho quer da atividade em Portugal, quer principalmente da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a margem financeira fixou-se 3,6% acima dos 204,5 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2021, totalizando 211,8 milhões de euros no final do primeiro trimestre do ano corrente, beneficiando da evolução favorável de várias das suas componentes. Nesse sentido, salienta-se o aumento do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, refletindo o aumento dos volumes de crédito, fruto do bom desempenho das áreas comerciais do Banco, particularmente relevante tendo em conta o contexto adverso em que ocorreu, nomeadamente os níveis historicamente baixos em que as taxas de juro se têm situado, condicionando fortemente o rendimento gerado pela carteira de crédito *performing*. O aumento dos volumes de crédito foi sustentado pelo crédito a particulares e também pelos empréstimos concedidos a empresas, nomeadamente com garantias do FEI/BEI, com uma gestão adequada do risco. Por outro lado, a redução do volume de crédito *non-performing* (carteira de NPE), decorrente da estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos levada a cabo pelo Banco, cumprindo um rigoroso plano de redução, teve como efeito colateral um impacto negativo na margem financeira na atividade em Portugal. No que respeita aos recursos de clientes, a redução da remuneração da carteira de depósitos permitiu um contributo positivo para a evolução da margem financeira na atividade em Portugal, não obstante o aumento registado no saldo médio dos depósitos de clientes face ao primeiro trimestre de 2021. Paralelamente, a evolução do custo do *funding* beneficiou também do impacto positivo resultante do financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, na sequência da decisão do Banco de elevar a sua participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III) para 8.150 milhões de euros, em março de 2021, beneficiando de uma remuneração baseada numa taxa de juro negativa mais favorável, destinada a incentivar a concessão de crédito à economia. Em contrapartida, destacam-se os custos suportados pelo Banco com a liquidez excedentária depositada junto do Banco de Portugal, com um aumento significativo face ao primeiro trimestre do ano anterior.

Adicionalmente, para a evolução da margem financeira na atividade em Portugal contribuiu também, por um lado, a redução dos custos suportados com a emissão de dívida subordinada, refletindo o vencimento de algumas emissões no período em análise, bem como o menor custo de financiamento da emissão realizada em novembro de 2021, e por outro, o aumento do rendimento gerado pela carteira de dívida pública.

Inversamente, os custos suportados com a restante dívida emitida situaram-se num patamar superior ao verificado no primeiro trimestre de 2021. Esta evolução resultou, por um lado, da execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros em fevereiro de 2021, e por outro de uma nova emissão, de títulos representativos de dívida social *senior preferred*, também no montante de 500 milhões de euros, colocada ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, no final do terceiro trimestre de 2021, visando, ambas as emissões, o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*).

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 253,3 milhões de euros nos primeiros três meses do ano, evidenciando um crescimento significativo de 48,8% face aos 170,3 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, pese embora na

subsidiária em Moçambique a margem financeira também tenha apresentado uma evolução bastante favorável, ainda que de uma menor dimensão. Na subsidiária polaca, a margem financeira, que tinha vindo a ser bastante penalizada pelos sucessivos cortes das taxas de juro de referência impostos pelo banco nacional polaco na fase inicial da pandemia, beneficiou da inversão desta tendência, que se iniciou nos últimos meses de 2021 e se prolongou durante o primeiro trimestre de 2022, com sucessivos aumentos das referidas taxas de juro. Adicionalmente, o aumento dos volumes da carteira de crédito a clientes também contribuiu para o desempenho favorável da margem financeira da subsidiária no período em análise. No que respeita ao aumento da margem financeira na operação moçambicana, o mesmo justifica-se principalmente pelo aumento do volume da carteira de dívida pública e também por *yields* implícitas superiores, tendo sido potenciado pela evolução cambial do metical face ao euro.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira fixou-se em 2,19% no primeiro trimestre de 2022, situando-se acima dos 1,92% registados no mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo desempenho da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira evoluiu de 1,50% no primeiro trimestre de 2021, para 1,41% em igual período de 2022, influenciada, por um lado, pelo aumento dos volumes em balanço, e por outro pelo contexto de taxas de juro negativas que se continuou a verificar. Adicionalmente, o maior peso dos produtos com taxas mais baixas na produção de crédito no contexto especial da pandemia e do recurso a garantias para mitigação do risco, e a perda de rendimento associada à redução da carteira de NPE também contribuíram para o decréscimo verificado na taxa de margem da atividade em Portugal.

Na atividade internacional, taxa de margem financeira registou um aumento, de 2,90% no primeiro trimestre de 2021, para 4,13% no mesmo período do ano corrente, refletindo a inversão da tendência de evolução das taxas de juro de referência fixadas pelo banco nacional polaco, que após um período de acentuada redução, tem registado sucessivos aumentos desde o último trimestre de 2021.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, totalizaram 17,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, situando-se 11,2% acima dos 15,4 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete o desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital aumentaram 7,8% face aos 15,0 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2021, fixando-se em 16,2 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Esta evolução beneficiou maioritariamente dos rendimentos associados a investimentos que integram a carteira de ações da atividade em Portugal, que ascenderam a 0,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, inexistentes no período homólogo do ano anterior. Paralelamente, os resultados por equivalência patrimonial, também contribuíram para a evolução favorável deste agregado, nomeadamente através do aumento dos rendimentos gerados pelas participações na Unicre e na SIBS, pese embora o mesmo tenha sido atenuado pelo menor contributo da participação na Millenniumbcp Ageas.

Na atividade internacional, a evolução dos resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, foi determinada pela apropriação dos resultados gerados pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), no montante de 0,5 milhões de euros, na sequência da alienação, no final

de 2021, pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“BIM”) à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., de ações representativas de 70% do capital social e direitos de voto da SIM, mantendo o BIM aproximadamente 22% do respetivo capital social. Os resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola, por sua vez, apesar de superiores aos registados no primeiro trimestre de 2021, não se afiguram materiais no âmbito desta análise.

As **comissões líquidas**⁵ apresentaram um crescimento de 12,7% face aos 171,1 milhões de euros registados nos primeiros três meses de 2021, ascendendo a 192,8 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, beneficiando do bom desempenho quer da atividade internacional, quer principalmente da atividade em Portugal.

A evolução favorável das comissões líquidas, em termos consolidadas, foi transversal a todos os tipos de comissões, refletindo em larga medida a progressiva normalização da atividade económica. As comissões bancárias situaram-se num patamar superior ao observado no mesmo período do ano anterior, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, sendo que o crescimento das comissões relacionadas com os mercados na atividade em Portugal foi parcialmente atenuado pelo menor contributo deste tipo de comissões na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas ascenderam a 136,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, apresentando um aumento de 14,1% face aos 119,6 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior, com as comissões relacionadas com o negócio bancário a crescerem 13,1% e as comissões relacionadas com os mercados financeiros a situarem-se 19,7% acima do montante contabilizado no primeiro trimestre de 2021.

As comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, totalizaram 115,0 milhões de euros no final de março de 2022, evidenciando um crescimento de 13,3 milhões de euros face aos 101,7 milhões de euros registados no primeiro trimestre de 2021. Apesar de se ter registado uma evolução favorável em todos os tipos de comissões relacionadas com o negócio bancário, importa salientar sobretudo o desempenho das comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, com estas últimas a quase duplicar face ao montante registado no trimestre homólogo do ano anterior. Adicionalmente, merece também referência o contributo das comissões associadas a crédito e garantias e das comissões de gestão e manutenção de contas, para a evolução global das comissões bancárias.

Por sua vez, as comissões relacionadas com o mercado, na atividade em Portugal, evoluíram de 17,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, para 21,4 milhões de euros no trimestre homólogo de 2022, impulsionadas pelo crescimento quer das comissões associadas a operações sobre títulos, quer das comissões associadas à gestão e distribuição de ativos, devido sobretudo à atividade de distribuição de fundos de investimento de terceiros, mas também ao crescimento das comissões de gestão de carteiras.

Na atividade internacional, as comissões líquidas situaram-se 9,4% acima dos 51,5 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2021, ascendendo a 56,4 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Esta evolução resultou do crescimento das comissões relacionadas com o negócio bancário, quer na subsidiária polaca, quer na subsidiária em Moçambique. Em ambas as subsidiárias, as comissões relacionadas com os mercados situaram-se num patamar inferior face ao verificado no primeiro trimestre de 2021.

⁵ No decurso de 2021, foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos, relativos ao primeiro trimestre de 2021, das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados em base *pro forma* de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. Exceto no que diz respeito aos impactos produzidos pela classificação de entidades como operações em descontinuação, no âmbito dos contratos de venda celebrados em 2021, conforme requerido pela IFRS 5, o montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores mantém-se inalterado.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	3M22	3M21 (reexpresso)	Var. 22/21
Comissões bancárias	165,3	145,7	13,5%
Cartões e transferências de valores	49,6	38,4	29,2%
Crédito e garantias	41,0	36,3	12,7%
<i>Bancassurance</i>	30,4	29,3	4,0%
Gestão e manutenção de contas	40,4	38,4	5,0%
Outras comissões	4,0	3,3	21,1%
Comissões relacionadas com mercados	27,6	25,4	8,3%
Operações sobre títulos	9,1	7,8	17,1%
Gestão e distribuição de ativos	18,5	17,7	4,5%
COMISSÕES LÍQUIDAS	192,8	171,1	12,7%
das quais:			
Atividade em Portugal	136,5	119,6	14,1%
Atividade internacional	56,4	51,5	9,4%

Os **resultados em operações financeiras** ascenderam a 43,4 milhões de euros nos primeiros três meses de 2022, evidenciando um crescimento de 3,9% face aos 41,8 milhões de euros registados em igual período de 2021, sendo que o crescimento verificado na atividade em Portugal mais do que compensou a redução registada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras registaram um aumento significativo de 51,3% face aos 32,6 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2021, ascendendo a 49,3 milhões de euros no final de março de 2022. Esta evolução beneficiou dos maiores ganhos reconhecidos com a alienação de títulos de dívida pública estrangeira, que mais do que compensaram os menores ganhos reconhecidos com títulos de dívida pública portuguesa no primeiro trimestre de 2022 face aos proveitos contabilizados em igual período de 2021. Adicionalmente, a evolução dos resultados em operações financeiras reflete os proveitos reconhecidos no primeiro trimestre de 2022 com a alienação de créditos, a contrastar com os custos apurados no mesmo período de 2021. De referir também que, contrariamente ao que se verificou no primeiro trimestre de 2021, a reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial não pesou negativamente nesta rubrica.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de um lucro de 9,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, para 5,9 milhões de euros negativos nos primeiros três meses de 2022. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, com o seu desempenho a ser condicionado sobretudo pelos custos suportados com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, que totalizaram 25,9 milhões de euros, face a 3,7 milhões de euros que haviam sido reconhecidos no primeiro trimestre de 2021. Apesar de com um impacto menos material, importa referir o crescimento significativo dos resultados em operações financeiras na subsidiária em Moçambique, devido sobretudo ao aumento dos proveitos provenientes de operações cambiais.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** que, entre outros, incorporam os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, evoluíram de forma bastante favorável face aos 25,1 milhões de euros negativos apurados no primeiro trimestre de 2021, fixando-se em 17,7 milhões de euros também negativos no final do primeiro trimestre do ano corrente, impulsionados pelo desempenho favorável da atividade em Portugal.

O desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade em Portugal traduziu-se num aumento de 8,8 milhões de euros, de 2,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, para 10,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022. Esta evolução ficou a dever-se essencialmente aos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda no primeiro trimestre de 2022, a contrastar com o montante marginalmente negativo que havia sido contabilizado nos primeiros três meses do ano anterior.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 27,1 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2021, para 28,5 milhões de euros também negativos no primeiro trimestre de 2022, refletindo maioritariamente o desempenho da subsidiária polaca. A evolução dos outros proveitos de exploração líquidos na subsidiária polaca decorre sobretudo do aumento dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a operação está sujeita, nomeadamente no que respeita ao fundo de garantia de depósitos, ao fundo de resolução e ao imposto especial sobre o sector bancário polaco, que conjuntamente se situaram 8,0 milhões de euros acima do montante contabilizado no primeiro trimestre de 2021. Em contrapartida, os proveitos a receber de entidade terceira, relacionados com os custos suportados com o risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência do contrato de aquisição do Euro Bank S.A., revelaram-se superiores aos 4,6 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2021, totalizando 10,4 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Na subsidiária em Moçambique, os outros proveitos de exploração líquidos, apesar de numa dimensão mais reduzida, registaram uma evolução favorável face ao primeiro trimestre de 2021, potenciada pela evolução cambial do metical face ao euro.

Os **custos operacionais**, não considerando o efeito dos itens específicos⁶, totalizaram 255,0 milhões de euros nos primeiros três meses de 2022, situando-se 1,4% acima dos 251,4 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da atividade internacional, parcialmente mitigado pelas poupanças alcançadas na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos⁶, apresentaram uma redução de 4,5% face aos 150,0 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2021, ascendendo a 143,2 milhões de euros no mesmo período de 2022. A gestão disciplinada dos custos e a manutenção do enfoque do Grupo no compromisso assumido de melhoria de eficiência é particularmente visível no que respeita às poupanças obtidas nos custos com o pessoal, fruto da implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021. Os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, por sua vez, mantiveram-se em linha com os montantes contabilizados no primeiro trimestre de 2021.

Na atividade internacional, os custos operacionais, totalizaram 111,8 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2022, revelando-se 10,2% superiores face aos 101,4 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior, devido à evolução registada tanto na subsidiária polaca como na subsidiária em Moçambique, cujo desempenho foi fortemente penalizado pela evolução cambial do metical face ao euro.

⁶ Impacto negativo de 0,7 milhões de euros, no primeiro trimestre de 2021, relacionados com os custos suportados com o ajustamento do quadro de pessoal, reconhecidos integralmente como custos com o pessoal na atividade em Portugal.

Em termos consolidados, o aumento dos proveitos *core* e do produto bancário, compensou largamente a subida dos custos operacionais face ao primeiro trimestre de 2021, permitindo uma melhoria significativa dos rácios de eficiência e de eficiência *core* que, excluindo os itens específicos⁶, se situaram em 36,4% e em 38,8% respetivamente, abaixo dos 43,5% e 46,1% apurados no primeiro trimestre de 2021.

Os **custos com o pessoal**, não considerando o efeito dos itens específicos⁶, apresentaram uma redução de 2,1% face aos 140,7 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2021, totalizando 137,7 milhões de euros no final do primeiro trimestre do ano corrente. Esta evolução beneficiou do desempenho da atividade em Portugal, pese embora o seu impacto tenha sido parcialmente absorvido pelo aumento registado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal, excluindo os itens específicos⁶, cifraram-se em 79,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, apresentando uma redução de 8,3% face aos 87,1 milhões de euros apurados no trimestre homólogo de 2021. Esta evolução favorável dos custos com o pessoal resultou sobretudo da redução, em termos líquidos, do número de colaboradores, que evoluiu de 7.004 colaboradores em 31 de março de 2021, para 6.264 colaboradores no final de março de 2022, refletindo o impacto decorrente da implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 57,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, situando-se 7,8% acima dos 53,7 milhões de euros apurados no mesmo período de 2021, devido ao desempenho quer na subsidiária polaca, quer na subsidiária em Moçambique.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal foi determinada pela forte pressão sobre os salários base, decorrente quer dos crescentes níveis de inflação, quer das características do mercado de trabalho polaco, nomeadamente as taxas de desemprego muito baixas. Nesse sentido, como forma de reter e motivar os colaboradores, também os montantes destinados aos prémios pagos aos colaboradores se situaram num patamar superior ao verificado no primeiro trimestre de 2021. Inversamente, os custos com o pessoal na subsidiária polaca refletem o impacto da redução do número total de colaboradores que, fruto da necessidade de acelerar a melhoria de eficiência no âmbito do contexto desafiante que a subsidiária tem vindo a enfrentar, evoluiu de 7.392 colaboradores (7.238 FTE - *full time equivalent*) no final de março de 2021, para 6.980 colaboradores (6.842 FTE - *full-time equivalent*) em 31 de março de 2022.

Na operação em Moçambique, por sua vez, apesar de se ter assistido a uma redução de 90 colaboradores no quadro de pessoal, de 2.587 colaboradores em 31 de março de 2021, para 2.497 colaboradores em 31 de março de 2022, essa redução ficou a dever-se à alienação, no final de 2021, por parte do BIM - Banco Internacional de Moçambique, de 70% da participação que o Grupo detinha na SIM, passando a deter apenas uma participação minoritária de cerca de 22%. Excluindo os 151 colaboradores que no final do primeiro trimestre de 2021 pertenciam à SIM, o quadro de pessoal da operação moçambicana aumentou 61 colaboradores, o que conjuntamente com a atualização dos salários, com o aumento dos prémios pagos aos colaboradores, e acima de tudo com a evolução cambial do metical face ao euro, justificou o aumento do total de custos com o pessoal face ao trimestre homólogo do ano anterior.

Importa referir que de acordo com o disposto na IFRS 5, tanto a SIM, como a operação suíça, ambas alienadas no quarto trimestre de 2021, foram classificadas como operações descontinuadas, tendo os respetivos valores históricos passado a estar refletidos como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

O quadro de pessoal da atividade internacional em 31 de março de 2022 era composto por 9.480 colaboradores, menos 584 colaboradores do que os 10.064 colaboradores existentes na mesma data do ano anterior. Esta evolução

ficou a dever-se sobretudo à redução de 412 colaboradores observada no Bank Millennium, refletindo também, por um lado, a redução líquida de 90 colaboradores apresentada pela subsidiária em Moçambique, fortemente influenciada pelo impacto da venda da SIM que, em 31 de março de 2021, contava com 151 colaboradores, e por outro, o impacto da alienação da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse), ocorrida no final de 2021, tendo afetos 81 colaboradores em 31 de março de 2021.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 82,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, representando um aumento de 7,8% face aos 76,7 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, determinado pela evolução registada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 43,4 milhões de euros nos primeiros três meses de 2022, situando-se num patamar semelhante ao verificado no mesmo período do ano anterior (+0,7%). Esta evolução decorre, no entanto, de desempenhos distintos das diversas rubricas. Nesse sentido, os aumentos mais relevantes fizeram-se sentir nos custos relacionados com água, energia e combustíveis, refletindo essencialmente o aumento do custo da energia, nos custos associados à manutenção de *hardware* e *software*, decorrentes do maior investimento em tecnologia e cibersegurança e ainda nos custos com contencioso, como reflexo da retoma da atividade económica. Inversamente, destacam-se as poupanças obtidas nos custos associados a *outsourcing*, estudos e consultas, limpeza de instalações e comunicações, em parte influenciadas pela evolução favorável da pandemia associada à COVID-19. Paralelamente, o Banco tem mantido uma gestão disciplinada dos custos, continuando a implementar uma série de medidas nesse sentido, entre as quais se destaca o redimensionamento da rede de sucursais, que evoluiu de 476 em 31 de março de 2021, para 421 no final de março 2022.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 39,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, situando-se 16,9% acima dos 33,6 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se ao desempenho quer da subsidiária polaca, refletindo maioritariamente o aumento dos custos com assessoria jurídica associados aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, quer da subsidiária em Moçambique, penalizada, acima de tudo, pela evolução do metical face ao euro.

Em contrapartida, o Grupo continua a beneficiar das sinergias obtidas na sequência da otimização da sua rede de sucursais, nomeadamente da redução verificada na subsidiária polaca cujo número evoluiu das 678 sucursais existentes em 31 de março de 2021, para 646 sucursais no final de março de 2022. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro trimestre de 2022 com 197 sucursais, menos duas que na mesma data do ano anterior.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 34,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, ligeiramente acima (1,8%) dos 34,0 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente o desempenho da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício mantiveram-se praticamente em linha (+0,7%) com o montante apurado no primeiro trimestre de 2021, totalizando 20,0 milhões de euros nos primeiros três meses de 2022. Importa, no entanto, referir que dado o compromisso assumido pelo Banco com o processo de transformação em curso e a constante aposta na inovação tecnológica, particularmente relevantes no contexto de pandemia que se tem vivido nos últimos tempos, assistiu-se a um aumento das amortizações, decorrente do investimento em *software* efetuado ao longo dos últimos anos, pese embora o seu impacto tenha sido atenuado pela redução das amortizações associadas a equipamento informático.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício ascenderam a 14,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, situando-se 3,4% acima dos 14,2 milhões de euros registados no trimestre homólogo de 2021. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente à atividade da subsidiária em Moçambique, parcialmente atenuada pelo desempenho da subsidiária polaca, refletindo em ambos os casos a evolução cambial das respetivas moedas face ao euro, uma vez que em moeda local as amortizações das referidas subsidiárias permaneceram num patamar semelhante ao verificado no primeiro trimestre de 2021.

CUSTOS OPERACIONAIS (1)

Milhões de euros

	3M22	3M21 (reexpresso)	Var. 22/21
Custos com o pessoal	137,7	140,7	-2,1%
Outros gastos administrativos	82,7	76,7	7,8%
Amortizações do exercício	34,6	34,0	1,8%
CUSTOS OPERACIONAIS	255,0	251,4	1,4%
dos quais:			
Atividade em Portugal	143,2	150,0	-4,5%
Atividade internacional	111,8	101,4	10,2%
Rácio de eficiência <i>core</i> do Grupo	38,8%	46,1%	
Rácio de eficiência do Grupo	36,4%	43,5%	

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

As dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) totalizaram 89,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, apresentando uma redução de 19,1% face aos 111,0 milhões de euros contabilizados no mesmo período de 2021, determinada pela evolução registada na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) situaram-se 24,7% abaixo dos 91,0 milhões de euros reconhecidos nos primeiros três meses de 2021, fixando-se em 68,5 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2022, refletindo a redução dos riscos implícitos na carteira de crédito.

Na atividade internacional, por sua vez, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se 6,5% acima dos 20,0 milhões de euros reconhecidos no primeiro trimestre de 2021, fixando-se em 21,3 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2022. Esta evolução reflete acima de tudo o desempenho da subsidiária polaca, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente mitigado pelo menor nível de provisionamento requerido pela subsidiária em Moçambique.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações) permitiu que o custo do risco (líquido de recuperações) do Grupo se situasse em 62 pontos base no primeiro trimestre de 2022, registando uma melhoria considerável face aos 80 pontos base observados no mesmo período de 2021. Na atividade em Portugal, o custo do risco evoluiu de 94 pontos base no primeiro trimestre de 2021, para 68 pontos base no trimestre homólogo do ano anterior, enquanto que na atividade internacional o custo do risco se manteve em 47 pontos base nos dois períodos.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 164,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, situando-se 24,6% acima dos valores do trimestre homólogo. Deste valor, 107,9 milhões de euros (120,4 milhões de euros no trimestre homólogo de 2021) são referentes à atividade internacional, maioritariamente para reforço da provisão, constituída pela filial polaca, para fazer face ao risco legal dos créditos hipotecários em moeda estrangeira e o remanescente para riscos diversos da atividade em Portugal, em parte reflexo de níveis de incerteza elevados decorrentes do atual contexto.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros totalizaram 85,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2022, montante que compara com 56,9 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, no primeiro trimestre de 2022, impostos correntes de 18,0 milhões de euros (22,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021) e impostos diferidos no montante de 67,5 milhões de euros (34,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021).

Os gastos por impostos correntes nos três primeiros meses de 2022 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos na subsidiária polaca e não dedutíveis para efeitos fiscais.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 95.561 milhões de euros em 31 de março de 2022, evidenciando um crescimento de 8,1% face aos 88.420 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da atividade em Portugal, pese embora tenha também beneficiado em menor escala do aumento registado na atividade internacional.

O desempenho da atividade em Portugal traduziu-se num aumento de 9,5% do ativo total, face aos 62.778 milhões de euros registados em 31 de março de 2021, tendo-se fixado em 68.737 milhões de euros na mesma data do corrente ano. Esta evolução é explicada, em larga medida, pelo aumento das disponibilidades em Bancos Centrais, pelo aumento da carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e pelo reforço da carteira de títulos, sobretudo de carteira pública de dívida soberana. Inversamente, verificaram-se reduções, embora de menor magnitude, nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação e nas aplicações em outras instituições de crédito.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 26.824 milhões de euros em 31 de março de 2022, evidenciando um aumento de 4,6% face aos 25.642 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior. Esta evolução reflete o aumento das disponibilidades em Bancos Centrais e o aumento da carteira de crédito a clientes, que beneficiou dos contributos positivos da subsidiária na Polónia e em Moçambique, ainda que em menor magnitude neste último caso. De salientar que, a evolução do ativo da atividade internacional foi influenciada, em sentido inverso, pelo impacto da desconsolidação da operação na Suíça e da SIM na sequência da alienação destas entidades durante o ano de 2021.

A **carteira de crédito (bruto)**⁷ consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 58.473 milhões de euros em 31 de março de 2022, situando-se 4,7% acima dos 55.837 milhões de euros alcançados no final do primeiro trimestre de 2021, devido aos desempenhos favoráveis quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal assistiu-se a um aumento de 4,3% da carteira de crédito bruto face aos 38.644 milhões de euros apurados no final de março do ano anterior, vindo-se a fixar em 40.318 milhões de euros em 31 de março de 2022. O crescimento líquido da carteira incorpora, por um lado, a expansão do crédito *performing*, que cresceu 2.079 milhões de euros face ao período homólogo e, por outro, a redução, em 405 milhões de euros, das *non performing exposures* (NPE), neste caso dando continuidade ao sucesso da estratégia de desinvestimento em NPE implementada pelo Banco nos últimos anos. A expansão do crédito bruto na atividade em Portugal deve-se sobretudo ao desempenho positivo do crédito a particulares, pese embora tenha também beneficiado em menor escala do aumento do crédito a empresas, neste último caso, justificado, em grande parte, pelas linhas abrangidas pelas garantias do Fundo Europeu de Investimento. No que diz respeito de crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português, em 31 de março de 2022 o montante total de crédito ascendia a 2.496 milhões de euros, o que compara com 2.498 milhões de euros no final do trimestre homólogo do ano anterior. No final do primeiro trimestre de 2022, o montante total de crédito ao abrigo das linhas COVID-19 representava cerca de 6,2% da carteira de crédito total referente à atividade em Portugal.

No que respeita à qualidade da carteira de crédito anteriormente sujeita a moratória, que à data de 31 de março de 2022 ascendia a 7.749 milhões de euros (moratórias expiradas), importa salientar que 90,4% desta exposição correspondia a crédito *performing*. Consequentemente, apenas 9,6% diziam respeito a *non-performing exposures* (operações classificadas como *stage 3*), o que compara com uma percentagem de exposições não produtivas de 4,4%⁸ ao nível da carteira total.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto)⁷ ascendeu a 18.155 milhões de euros em 31 de março de 2022, evidenciando um crescimento de 5,6% face aos 17.193 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, determinado principalmente pela evolução registada na subsidiária polaca, sobretudo no que diz respeito ao crédito à habitação e pelo contributo positivo, ainda que em menor magnitude, da atividade na subsidiária em Moçambique devido à apreciação do metical face ao euro, uma vez que os volumes de crédito concedido em moeda local registaram uma diminuição.

De salientar que, o contributo do Bank Millennium na Polónia foi determinante para a evolução positiva do crédito a clientes na atividade internacional, uma vez que se assistiu a uma expansão da carteira de crédito à habitação concedido pela subsidiária polaca, mesmo num contexto de progressiva redução da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira. Neste contexto, é de referir que a carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira do Bank Millennium, maioritariamente denominada em francos suíços, evidenciou uma redução relevante, tendo caído de 2.838 milhões de euros em 31 de março de 2021 para 2.035 milhões de euros em 31 de março de 2022. De notar que, no primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a apresentação das provisões para processos individuais relacionados com crédito à habitação em francos suíços, tendo passado a alocar as provisões para riscos legais futuros e a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com a IFRS 9. A carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira representava 17,1% e 11,6% do montante total do crédito registado no balanço do Bank

⁷ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos (369 milhões de euros em 31 de março de 2021) não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

⁸ Rácio de NPE, medido pelo quociente entre as *non-performing exposures* (apenas exposições incluídas no agregado de crédito a clientes) e o crédito (bruto) total.

Millennium e 5,0% e 3,5% da carteira de crédito total do Grupo, no final do primeiro trimestre de 2021 e 2022, respetivamente.

De salientar que, a carteira de crédito em moeda estrangeira antes das provisões anteriormente referidas, as quais ascendem a 92 milhões de euros e a 662 milhões de euros em 31 de março de 2021 e 2022, respetivamente, descontada da parcela respeitante ao Euro Bank S.A., cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade, ascendia a 2.721 milhões de euros em 31 de março de 2021 e a 2.544 milhões de euros em 31 de março de 2022, traduzindo uma redução de 6,5%.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	31 mar. 22	31 mar. 21 comparável (1)	Var. 22/21
PARTICULARES	34.177	32.294	5,8%
Hipotecário	28.208	26.563	6,2%
Pessoal	5.969	5.732	4,1%
EMPRESAS	24.296	23.543	3,2%
Serviços	8.316	8.167	1,8%
Comércio	4.130	4.075	1,3%
Construção	1.831	1.629	12,4%
Outros	10.020	9.671	3,6%
	58.473	55.837	4,7%
do qual:			
Atividade em Portugal	40.318	38.644	4,3%
Atividade internacional	18.155	17.193	5,6%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	--	369	
TOTAL	58.473	56.206	4,0%

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 31 de março de 2021 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação.

A **qualidade da carteira de crédito** continua a ser uma das prioridades do Grupo, com enfoque no aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controlo de riscos e na monitorização permanente dos níveis de risco incorridos, assegurando simultaneamente a total conformidade com os requisitos regulamentares e de supervisão e mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna adequada ao controlo e gestão de riscos.

Com o surgimento da pandemia associada à COVID-19, o Banco implementou um plano de ação para identificação e medição do risco de crédito, adotando medidas operacionais para responder adequadamente aos impactos decorrentes do surto pandémico. A abordagem definida pelo Banco neste contexto envolveu a constituição de novas áreas/*task forces* para avaliação e acompanhamento das exposições de crédito dos Clientes e definição e implementação de estratégias adequadas a cada situação concreta. O plano de acompanhamento tem subjacente a segmentação da carteira de crédito total do Banco, com alocação dos Clientes selecionados para acompanhamento às diferentes áreas criadas de acordo com critérios aprovados pela Comissão Executiva, assegurando reportes específicos, incluindo os reportes às Entidades de Supervisão e aos órgãos de gestão. Paralelamente, procedeu-se ao alargamento do âmbito do Comité de Acompanhamento de Crédito e Ativos Não Produtivos para um acompanhamento da carteira de crédito, com especial enfoque nos impactos decorrentes da pandemia.

Os vários indicadores de qualidade de crédito continuam assim a evidenciar uma tendência de melhoria generalizada, merecendo especial destaque a redução líquida do montante da carteira de NPE, de 3.100 milhões de euros em 31 de março de 2021, para 2.679 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2022, reduzindo-se 421 milhões de euros, dos quais 405 milhões de euros em Portugal.

O rácio de NPE, em percentagem da carteira de crédito total, também continua a evoluir favoravelmente, tendo diminuído de 5,5% no final do primeiro trimestre do ano passado, para 4,6% em 31 de março de 2022, destacando-se o comportamento da carteira de crédito doméstica, cujo rácio de NPE diminuiu de 5,7% para 4,4% no mesmo período.

Também no que respeita aos indicadores de cobertura se assistiu a uma melhoria generalizada, destacando-se o desempenho da atividade em Portugal, cujo grau de cobertura de NPE por imparidades, aumentou de 65,5% no final do primeiro trimestre do ano passado, para 68,5% em 31 de março de 2022, enquanto a cobertura de NPL há mais de 90 dias evoluiu de 133,6% para 172,9% no mesmo período.

O grau de cobertura da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira, considerando para o efeito o montante total da carteira, isto é, antes do abate da respetiva parcela motivada pela constituição de provisões diretamente por via da redução de valor contabilístico bruto dos empréstimos, mas deduzida do montante total da exposição com origem no Euro Bank S.A. (2.721 milhões de euros e 2.544 milhões de euros em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2022, respetivamente) e o montante total das provisões constituídas (309 milhões de euros e 771 milhões de euros, incluindo quer as provisões constituídas diretamente por redução do valor do ativo, quer as provisões relevadas no passivo) evidenciou um crescimento expressivo de 11,3% em 31 de março de 2021 para 30,3% em 31 de março de 2022.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	31 mar. 22	31 mar. 21	Var. 22/21	31 mar. 22	31 mar. 21	Var. 22/21
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	58.473	56.206	4,0%	40.318	38.644	4,3%
Crédito vencido > 90 dias	876	1.192	-26,5%	516	822	-37,3%
Crédito vencido	1.007	1.316	-23,5%	533	835	-36,2%
Crédito reestruturado	2.466	2.508	-1,7%	1.966	1.985	-1,0%
NPL > 90 dias	1.169	1.573	-25,7%	708	1.075	-34,1%
NPE	2.679	3.100	-13,6%	1.788	2.193	-18,5%
Imparidade do crédito (balanço)	1.818	2.007	-9,4%	1.225	1.436	-14,7%
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,5%	2,1%		1,3%	2,1%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,7%	2,3%		1,3%	2,2%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	4,2%	4,5%		4,9%	5,1%	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	2,0%	2,8%		1,8%	2,8%	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	4,6%	5,5%		4,4%	5,7%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	207,4%	168,4%		237,6%	174,8%	
Cobertura do Crédito vencido	180,5%	152,4%		229,8%	172,0%	
Cobertura de NPL > 90 dias	155,5%	127,6%		172,9%	133,6%	
Cobertura de NPE	67,9%	64,7%		68,5%	65,5%	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	3,0%	3,6%		2,9%	3,8%	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes**⁹ situaram-se 7,7% acima dos 84.812 milhões de euros alcançados no final do primeiro trimestre do ano anterior, ascendendo a 91.358 milhões de euros em 31 de março de 2022. Esta evolução reflete o desempenho positivo quer da atividade internacional, quer principalmente da atividade em Portugal, impulsionado sobretudo pela expansão dos recursos de balanço, uma vez que foi registada uma diminuição dos recursos fora de balanço.

Os depósitos e outros recursos de clientes foram os principais responsáveis pelo crescimento evidenciado pelos recursos totais de clientes, tendo, em termos consolidados, aumentado 7.190 milhões de euros, de 64.754 milhões de euros no final do primeiro trimestre do ano passado, para 71.944 milhões de euros em 31 de março de 2022. Os recursos de clientes fora de balanço, por sua vez, desceram de 18.543 milhões de euros, para 17.863 milhões de

⁹ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos (2.230 milhões de euros em 31 de março de 2021) não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

euros no mesmo período, sendo esta evolução explicada pela redução registada nos seguros de poupança e investimento, que não foi totalmente compensada pelo aumento registado nos ativos distribuídos e nos ativos sob gestão.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes ascenderam a 66.635 milhões de euros em 31 de março de 2022, apresentando um crescimento de 4.504 milhões de euros face aos 62.131 milhões de euros apurados no final do primeiro trimestre do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo aumento de 4.883 milhões de euros registado nos depósitos e outros recursos de clientes, que aumentaram de 44.048 milhões de euros em 31 de março de 2021, para 48.931 milhões de euros em 31 de março de 2022, repercutindo o aumento da poupança dos particulares, cimentando a tendência verificada nos últimos trimestres. Inversamente, os recursos de clientes fora de balanço diminuíram 443 milhões de euros passando de 16.605 milhões de euros em 31 de março de 2021, para 16.162 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2022, sendo esta evolução explicada pela tendência de redução dos seguros de poupança e investimento, apesar dos aumentos registados nos ativos distribuídos e nos ativos sob gestão.

Na atividade internacional⁹, os recursos totais cresceram 2.042 milhões de euros, de 22.681 milhões de euros em 31 de março de 2021, para 24.723 milhões de euros em 31 de março de 2022, refletindo principalmente o contributo positivo da subsidiária na Polónia e, também, da operação em Moçambique, embora em menor escala neste último caso. A evolução dos recursos totais na atividade internacional ficou a dever-se maioritariamente ao crescimento dos depósitos de clientes na subsidiária polaca.

Em termos consolidados, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes representavam respetivamente 80% e 79% dos recursos totais de clientes em 31 de março de 2022 (77% e 75%, respetivamente em 31 de março de 2021, considerando os valores *stated*).

O rácio de transformação (calculado com valores *stated*), no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, evoluiu favoravelmente de 82,9% em 31 de março de 2021, para 78,7% no final do primeiro trimestre de 2022. O mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, situou-se em 77,1% em 31 de março de 2022, que compara com 81,0% na mesma data do ano anterior.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	31 mar. 22	31 mar. 21 comparável (1)	Milhões de euros Var. 22/21
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	73.495	66.269	10,9%
Depósitos e outros recursos de clientes	71.944	64.754	11,1%
Débitos para com clientes titulados	1.551	1.515	2,3%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	17.863	18.543	-3,7%
Ativos sob gestão	5.557	4.954	12,2%
Ativos distribuídos	6.052	5.717	5,9%
Seguros de poupança e de investimento	6.254	7.872	-20,6%
	91.358	84.812	7,7%
do qual:			
Atividade em Portugal	66.635	62.131	7,2%
Atividade internacional	24.723	22.681	9,0%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	--	2.230	
TOTAL	91.358	87.042	5,0%

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 31 de março de 2021 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação. O montante total dos recursos de clientes respeitantes ao Banque Privée BCP ascendia a 2.230 milhões de euros em 31 de março de 2021.

A **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, cifrou-se em 19.985 milhões de euros em 31 de março de 2022, aumentando 179 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior, tendo o seu peso no ativo total diminuído de 22,4% no final do primeiro trimestre do ano passado para 20,9% em 31 de março de 2022.

A carteira de títulos em Portugal ascendeu a 14.937 milhões de euros em 31 de março de 2022, o que compara com 13.900 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior. O reforço da carteira de títulos, sobretudo de dívida soberana estrangeira (francesa, belga e irlandesa), decorreu da aplicação do excedente de liquidez existente, permitindo simultaneamente um reforço dos ativos elegíveis.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional evoluiu de 5.906 milhões de euros apurados em 31 de março de 2021, para 5.048 milhões de euros em 31 de março de 2022, evolução determinada pela diminuição registada na carteira de títulos afeta à subsidiária na Polónia. Importa ainda referir que esta evolução se encontra influenciada pelo impacto decorrente da alienação da subsidiária suíça que ocorreu no final de 2021, cuja carteira de títulos ascendia a 75 milhões de euros em 31 de março de 2021.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR, *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 283% no final de março de 2022, mantendo-se confortavelmente acima do requisito mínimo de 100%, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo. O rácio de cobertura de liquidez aumentou face ao rácio apurado na mesma data do ano anterior (270%), que já refletia um elevado nível de cobertura.

Em harmonização com a norma sobre financiamento estável emitida pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB), em junho de 2021, entrou em vigor o requisito mínimo regulamentar de 100% para o *Net Stable*

Funding Ratio, NSFR (Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876). O Grupo reforçou a disposição da base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR) apurado em 31 de março de 2022 se fixasse em 150% (144% em 31 de março de 2021).

O BCP e as suas principais subsidiárias, que detinham uma posição de liquidez robusta ainda antes da eclosão da crise associada à COVID-19, viram melhorar ao longo dos últimos dois anos a generalidade dos indicadores de risco de liquidez, que se reforçaram para valores acima quer dos mínimos regulatórios, quer dos mais exigentes limites exigidos pelo *framework* interno de risco de liquidez do Grupo.

A crise na Ucrânia, surgida no primeiro trimestre de 2022, não veio alterar, até à data, o quadro acima descrito em nenhuma das geografias em que o Grupo está presente. Assim, na Polónia, após um nível anormal de levantamentos de numerário observado no Bank Millennium nos dias que se seguiram à eclosão do conflito, todos os indicadores de liquidez regressaram rapidamente aos níveis pré-crise, onde se mantêm até à data. Em Portugal, a base de depósitos de clientes prosseguiu no primeiro trimestre de 2022 uma trajetória de crescimento, que nos 12 últimos meses totalizou 4,9 mil milhões de euros, para um saldo total de 48,9 mil milhões de euros, resultando num decréscimo do *gap* comercial.

Não obstante, e dada a incerteza em torno da evolução da crise, foram criados comités para acompanhamento próximo dos seus potenciais impactos em Portugal e na Polónia, presididos pelos respetivos *Chief Executive Officers* (CEO). Nesse sentido, o CEO do Bank Millennium, bem como o CEO do Banco Internacional de Moçambique (“BIM”) assistem às reuniões da Comissão estabelecida em Portugal e o *Risk Officer* do BCP bem como o respetivo responsável da área de Risco Operacional participam nas reuniões da Comissão Polaca.

No âmbito do seu Plano Estratégico 2021-24, e para cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*), o BCP realizou no final do terceiro trimestre de 2021 uma emissão de 500 milhões de euros de dívida social *senior preferred* no segmento ESG (*Environmental, Social and Governance*), tendo neste caso como enfoque a componente social. Ainda no cumprimento da estratégia de contínua otimização da sua estrutura de capital, de reforço de fundos próprios e da sua base de passivos elegíveis para o cumprimento dos requisitos de MREL, o Banco voltou ao mercado em novembro de 2021 para colocar dívida subordinada no valor de 300 milhões de euros, elegível como fundos próprios de nível 2.

A liquidez gerada pela redução do *gap* comercial e pelo cumprimento do plano de emissões do MREL suportou o aumento da carteira de títulos na atividade em Portugal (de 13,9 mil milhões de euros em 31 de março de 2021, para 14,9 mil milhões de euros no final de março de 2022) e o crescimento de 2,2 mil milhões de euros do depósito no Banco de Portugal (de 5,3 mil milhões de euros, para 7,5 mil milhões de euros). O financiamento líquido junto do BCE reduziu-se 2,2 mil milhões de euros em base anual, para 711 milhões de euros.

O crescimento da carteira de ativos altamente líquidos do Banco contribuiu para o aumento de 3,1 mil milhões de euros do *buffer* de liquidez junto do BCE, para 23,2 mil milhões de euros.

De igual modo, no período anual findo em 31 de março de 2022, o Bank Millennium e o BIM demonstraram a resiliência das suas posições de liquidez, suportadas em *buffers* robustos descontáveis nos respetivos bancos centrais, com indicadores regulatórios e internos de risco de liquidez posicionados na zona de conforto.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos três anos, dado que apenas em maio de 2022 atingirá 1,0 mil milhões de euros. Mesmo neste caso, envolverá o pagamento de uma emissão de obrigações hipotecárias nesse exato valor, cujo

colateral ficará disponível para inclusão no *buffer* de liquidez descontável no BCE após reembolso, significando por isso uma perda pouco significativa de liquidez.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 31 de março de 2022 fixou-se em 11,4% em *phased-in* e em 11,5% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -79 e de -67 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 12,2% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2021 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2022 (CET1 9,156%, T1 11,125% e Total 13,750%). É aguardada a decisão da autoridade de supervisão do pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais para imunização dos rácios regulamentares face a variações das taxas de câmbio. A alteração teria um impacto estimado no rácio CET1 *fully implemented* de +50 pontos base.

A evolução dos rácios de capital no período foi impactada significativamente pelo aumento de provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira no Bank Millennium e pela diminuição das reservas de justo valor resultante da subida das taxas de juro na zona Euro e na Polónia, parcialmente compensado por um bom desempenho da atividade recorrente em Portugal. O rácio CET1 recuou face ao valor apresentado no mesmo período de 2021, situando-se abaixo dos objetivos de médio prazo do banco, sem que isso ponha em causa a perspetiva de convergência para tais objetivos.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 mar. 22	31 mar. 22 <i>pro forma*</i>	31 mar. 21
FULLY IMPLEMENTED			
Fundos Próprios			
<i>Common Equity Tier1 (CET1)</i>	5.295	5.295	5.575
<i>Tier1 (T1)</i>	5.801	5.801	6.105
Fundos próprios totais	7.145	7.145	7.096
Riscos ponderados	46.054	44.139	45.822
Rácios de solvabilidade			
<i>CET1</i>	11,5%	12,0%	12,2%
<i>Tier1</i>	12,6%	13,1%	13,3%
Total	15,5%	16,2%	15,5%
PHASED-IN			
<i>CET1</i>	11,4%	11,9%	12,2%

* Sujeito à aprovação já solicitada da aplicação do artigo 352 (2) do CRR.

Nota: Os rácios de março de 2022 e de março de 2021 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos.

Os rácios de março de 2022 correspondem a valores estimados, não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022

No primeiro trimestre de 2022, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, em particular junto dos agentes mais afetados pelos efeitos da pandemia COVID-19.

Na sequência da crise geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia, o Banco agiu em conformidade com as orientações da União Europeia e implementou um conjunto de mecanismos de acompanhamento da situação e de medidas de apoio ao povo ucraniano.

Decisão do Banco Central Europeu (BCE) no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados em base consolidada a partir de 1 de março de 2022: CET1 9,16%, T1 11,13% e Rácio de Capital Total 13,75%.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Millennium bcp renovaram a sua parceria de longa data através de um acordo destinado a apoiar PME, empresas de média dimensão e grandes empresas portuguesas através da concessão de uma garantia de 200 milhões de euros que visa mobilizar o financiamento de até 840 milhões de euros.

O Bank Millennium (Polónia) e o Grupo BEI, constituído pelo Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento, uniram-se para apoiar as PME polacas afetadas pela crise provocada pela COVID-19 através de uma garantia de 1,5 mil milhões de zlotys.

A Agência de Rating Moody's atribuiu a notação de Baa3, correspondente a *investment grade* à dívida *senior non preferred* do Bank Millennium na Polónia, no âmbito do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN).

O Grupo BCP implementou um conjunto de iniciativas solidárias para apoiar o povo ucraniano na sequência da invasão do país.

RECONHECIMENTO EXTERNO

Escolha do Consumidor 2022, na categoria “Grandes Bancos” pelo segundo ano consecutivo.

ActivoBank distinguido com a Escolha do Consumidor, na categoria “Banca Digital”, pelo quarto ano consecutivo.

O Grupo BCP volta a integrar em 2022 o *The Sustainability Yearbook*, publicação editada pela S&P.

Millennium bcp integra o Bloomberg *Gender-Equality Index* pelo terceiro ano consecutivo.

Best Investment Bank, em Portugal, em 2022, pelo quarto ano consecutivo, de acordo com a Global Finance.

Best Foreign Exchange Provider, em Portugal, em 2022, de acordo com a Global Finance.

Distinção nos Euronext Lisbon Awards com os prémios *Local Market Member in Equity* e *Growing Structured Finance*.

ActivoBank distinguido como *Powerful Brand*, na categoria “Bancos Online”, no estudo conjunto da revista Sábado e Marktest.

Best Trade Finance Provider, em Moçambique, em 2022, de acordo com a Global Finance.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Assembleia Geral Anual de Acionistas, realizada em 4 de maio de 2022, por meios telemáticos e simultaneamente nas instalações do Banco, com a participação de Acionistas detentores de 64,31% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

- Aprovação do Relatório de Gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2021 e Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização e o Relatório de Sustentabilidade; e aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2021;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização; da política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos titulares de funções essenciais; da política de seleção e designação do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos, nos termos da legislação em vigor; e da proposta de alteração do contrato de sociedade.
- Eleição do Conselho de Administração, incluindo a Comissão de Auditoria, e do Conselho de Remunerações e Previdência para o mandato 2022/2025.

O BCP foi notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da determinação do requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (“MREL” ou “*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*”) conforme decisão do Conselho Único de Resolução. A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo (“MPE” ou “*Multiple Point of Entry*”). O requisito MREL a cumprir pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e por todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), a partir de 1 de janeiro de 2024 é de:

- 23,81% do montante total das posições em risco (“TREA”) (a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios (“CBR” ou “*Combined Buffer Requirement*”) de 3,5%, assim correspondendo a um requisito total de 27,31%); e
- 6,92% da medida de exposição total (“LRE”).

Até à data referida anteriormente o BCP deverá cumprir com um requisito intermédio de:

- 18,09% do TREA (a que acresce ainda um requisito CBR de 3,25%, assim correspondendo a um requisito total de 21,34%); e
- 6,92% da LRE.

Não foi aplicado ao Banco qualquer requisito de subordinação. De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL deverá ser anualmente atualizado ou reconfirmado, pelo que estas metas substituem as anteriormente fixadas. Os requisitos de MREL agora comunicados para o grupo de resolução BCP acima descritos estão em linha com o Plano Estratégico 2021-24 e são acomodáveis pelo plano de *funding* em curso. Em 1 de

janeiro de 2022, o BCP cumpria com respetivo requisito MREL intermédio fixada para aquela data, tanto em percentagem do TREA (incluindo também o CBR aplicável), como em percentagem da LRE.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A eclosão da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022 determinou um agravamento das perspetivas para a economia mundial. Com efeito, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a sua projeção para o crescimento do PIB global em 2022 de 4,4% para 3,6%. A tibieza dos dados económicos divulgados para o primeiro trimestre é reveladora dos efeitos adversos da guerra sobre a atividade económica mundial. Nos EUA, o PIB registou uma contração de 0,4%, determinada pela queda da atividade exportadora, num quadro de fortes constrangimentos nas cadeias de produção globais. Na área do euro, o PIB cresceu apenas 0,2%, o que representa um abrandamento face ao período anterior, decorrente da deterioração das condições económicas em alguns dos seus principais Estados-membros, nomeadamente em Itália e França.

No primeiro trimestre de 2022, a evolução dos mercados financeiros internacionais foi caracterizada pela forte incerteza decorrente do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que se traduziu na desvalorização dos principais índices acionistas e na subida muito marcada dos preços das matérias-primas energéticas e alimentares. Em simultâneo, as taxas de juro de mercado encetaram uma trajetória ascendente, fomentada pelas expetativas de agravamento dos riscos inflacionistas e da consequente inversão da política monetária global no sentido de uma maior restritividade. Neste contexto, a Reserva Federal dos EUA antecipou o término do seu programa de compra de ativos e anunciou em março uma subida da taxa de juro de referência, de 0,25% para 0,50%. Por sua vez, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu reduzir a sua intervenção nos mercados de dívida. No que se refere às taxas de juro, não se verificaram alterações por parte do BCE. Estes desenvolvimentos tiveram como consequência uma forte apreciação do dólar, nomeadamente contra o euro e o iene. No que respeita às taxas Euribor, salienta-se a subida das taxas a doze meses para níveis positivos, pela primeira vez desde o início de 2016. O contexto de maior incerteza quanto ao andamento da atividade económica global contribuiu para acentuar as vulnerabilidades dos mercados emergentes, cujas moedas se depreciaram de forma generalizada.

A economia portuguesa registou no primeiro trimestre um crescimento de 2,6%, o que representa uma aceleração notável face ao observado no período anterior, que coloca pela primeira vez o PIB acima do nível pré-pandemia. O desempenho muito favorável da economia portuguesa terá resultado do dinamismo do consumo, suportado pelos elevados níveis de poupança e pelos baixos níveis da taxa de desemprego, bem como da expansão do investimento, impulsionada pela execução dos projetos do PRR, mas deverá, sobretudo, refletir um contributo muito expressivo das exportações de turismo, com Portugal a beneficiar da sua posição geográfica privilegiada no atual quadro geopolítico. Este é um fator que, muito provavelmente, deverá continuar a favorecer a economia portuguesa, contudo, não deverá ser suficiente para evitar que o abrandamento da procura global, o agravamento das condições de financiamento e o aumento dos preços dos bens energéticos e alimentares se traduzam numa moderação do ritmo de crescimento da economia portuguesa nos próximos trimestres. Neste contexto, o FMI prevê um abrandamento do PIB nacional de 4,9% para 4,0% em 2022. No que respeita à evolução dos preços, a projeção do FMI é de que a taxa média de inflação seja 4,0%.

A Polónia tem vindo a denotar um dinamismo assinalável, pese embora o enquadramento geopolítico e económico adverso. O baixo nível da taxa de desemprego, a par com um vasto conjunto de medidas de política económica atinentes a mitigar os efeitos penalizadores do aumento dos preços sobre o rendimento das famílias, deverão contribuir para suportar o crescimento da economia polaca em 2022, que o FMI prevê que seja de 3,7%. O quadro de incerteza penalizou particularmente a evolução da taxa de câmbio que, no entanto, tem vindo a recuperar, após as

decisões de subida das taxas de juro por parte do banco central, no intuito de controlar a progressão ascendente da taxa de inflação que, em março, se situou em 10,2%.

Em Moçambique, o FMI prevê uma aceleração do PIB em 2022, de 2,2% para 3,8%, suportada pelas reformas estruturais implementadas no âmbito do programa de assistência financeira do FMI e pela execução de importantes projetos energéticos, que deverão atenuar os efeitos adversos do abrandamento da procura externa. Os riscos de aumento da taxa de inflação, decorrentes do incremento dos preços dos bens energéticos e alimentares, conduziram a uma subida das taxas de juro de referência do banco central no final do primeiro trimestre, o que contribuiu para a acentuar a trajetória de apreciação do metical que se tem vindo a observar desde o final de 2021. Em Angola, a economia cresceu em 2021, após cinco anos de recessão. Em 2022, o FMI antevê que o ritmo de recuperação do PIB se acentue. Neste entorno, o kwanza registou uma apreciação muito significativa nos primeiros meses do ano.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	mar. 22	mar. 21	Var. 22/21	mar. 22	mar. 21	Var. 22/21	mar. 22	mar. 21	Var. 22/21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	465,1	374,8	24,1%	211,8	204,5	3,6%	253,3	170,3	48,8%
Rendimentos de instrumentos de capital	0,9	0,0	>200%	0,8	-	-	0,1	0,0	115,2%
Resultado de serviços e comissões	192,8	171,1	12,7%	136,5	119,6	14,1%	56,4	51,5	9,4%
Resultados em operações financeiras	43,4	41,8	3,9%	49,3	32,6	51,3%	(5,9)	9,2	-164,6%
Outros proveitos de exploração líquidos	(17,7)	(25,1)	29,6%	10,8	2,0	>200%	(28,5)	(27,1)	-4,9%
Resultados por equivalência patrimonial	16,2	15,4	5,6%	15,3	15,0	2,3%	0,9	0,4	142,7%
Produto bancário	700,7	577,9	21,2%	424,5	373,6	13,6%	276,3	204,3	35,2%
Custos com o pessoal	137,7	141,5	-2,6%	79,9	87,8	-9,0%	57,9	53,7	7,8%
Outros gastos administrativos	82,7	76,7	7,8%	43,4	43,0	0,7%	39,3	33,6	16,9%
Amortizações do exercício	34,6	34,0	1,8%	20,0	19,8	0,7%	14,6	14,2	3,4%
Custos operacionais	255,0	252,1	1,1%	143,2	150,7	-5,0%	111,8	101,4	10,2%
Custos operacionais excluindo itens específicos	255,0	251,4	1,4%	143,2	150,0	-4,5%	111,8	101,4	10,2%
Resultados antes de imparidades e provisões	445,7	325,8	36,8%	281,3	222,9	26,2%	164,5	102,9	59,9%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	89,9	111,0	-19,1%	68,5	91,0	-24,7%	21,3	20,0	6,5%
Outras imparidades e provisões	164,1	131,7	24,6%	56,2	11,4	>200%	107,9	120,4	-10,3%
Resultado antes de impostos	191,8	83,1	130,8%	156,5	120,6	29,8%	35,2	(37,5)	193,9%
Impostos	85,5	56,9	50,2%	49,1	37,0	32,6%	36,4	19,9	82,8%
Correntes	18,0	22,0	-18,3%	5,6	2,9	93,5%	12,4	19,1	-35,1%
Diferidos	67,5	34,9	93,3%	43,5	34,1	27,5%	24,0	0,8	>200%
Resultado após impostos de operações em continuação	106,3	26,2	>200%	107,5	83,6	28,5%	(1,2)	(57,5)	97,9%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	1,4	2,9	-52,0%	-	-	-	1,4	2,9	-52,0%
Interesses que não controlam	(5,2)	(28,8)	82,0%	(0,1)	0,2	-154,8%	(5,1)	(28,9)	82,5%
Resultado líquido	112,9	57,8	95,2%	107,6	83,4	29,0%	5,3	(25,6)	120,6%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	95.561	88.420	8,1%	68.737	62.778	9,5%	26.824	25.642	4,6%
Recursos totais de clientes	91.358	87.042	5,0%	66.635	62.131	7,2%	24.723	24.911	-0,8%
Recursos de clientes de balanço	73.495	66.888	9,9%	50.473	45.526	10,9%	23.022	21.362	7,8%
Depósitos e outros recursos de clientes	71.944	65.373	10,1%	48.931	44.048	11,1%	23.013	21.325	7,9%
Débitos para com clientes titulados	1.551	1.515	2,3%	1.542	1.478	4,3%	9	37	-77,0%
Recursos de clientes fora de balanço	17.863	20.153	-11,4%	16.162	16.605	-2,7%	1.701	3.549	-52,1%
Ativos sob gestão	5.557	6.467	-14,1%	4.597	3.888	18,2%	960	2.579	-62,8%
Ativos distribuídos	6.052	5.814	4,1%	5.678	5.273	7,7%	374	541	-30,8%
Seguros de poupança e de investimento	6.254	7.872	-20,6%	5.886	7.443	-20,9%	367	429	-14,4%
Crédito a clientes (bruto)	58.473	56.206	4,0%	40.318	38.644	4,3%	18.155	17.562	3,4%
Particulares	34.177	32.294	5,8%	20.761	19.673	5,5%	13.416	12.621	6,3%
Hipotecário	28.208	26.563	6,2%	18.618	17.632	5,6%	9.590	8.931	7,4%
Pessoal	5.969	5.732	4,1%	2.143	2.041	5,0%	3.826	3.691	3,7%
Empresas	24.296	23.911	1,6%	19.557	18.971	3,1%	4.739	4.940	-4,1%
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	1.007	1.316	-23,5%	533	835	-36,2%	474	481	-1,4%
Crédito vencido há mais de 90 dias	876	1.192	-26,5%	516	822	-37,3%	361	370	-2,4%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	1,5%	2,1%		1,3%	2,1%		2,0%	2,1%	
Imparidade do crédito (balanço)	1.818	2.007	-9,4%	1.225	1.436	-14,7%	593	570	4,0%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	3,1%	3,6%		3,0%	3,7%		3,3%	3,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	207,4%	168,4%		237,6%	174,8%		164,4%	154,3%	
<i>Stock de Non-Performing Exposures</i>	2.679	3.100	-13,6%	1.788	2.193	-18,5%	891	907	-1,8%
<i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i>	4,6%	5,5%		4,4%	5,7%		4,9%	5,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	67,9%	64,7%		68,5%	65,5%		66,6%	62,9%	
Crédito reestruturado	2.466	2.508	-1,7%	1.966	1.985	-1,0%	500	523	-4,5%
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,2%	4,5%		4,9%	5,1%		2,8%	3,0%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	62	80		68	94		47	47	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	(Milhares de euros)	
	31 março 2022	31 março 2021 (reexpresso)
Juros e proveitos equiparados	513.921	403.309
Juros e custos equiparados	(48.820)	(28.527)
MARGEM FINANCEIRA	465.101	374.782
Rendimentos de instrumentos de capital	889	30
Resultados de serviços e comissões	192.844	171.123
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	8.691	181
Ganhos / (perdas) cambiais	1.859	19.808
Resultados de contabilidade de cobertura	(2.162)	1.033
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	6.377	(3.410)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integra	28.619	24.162
Outros proveitos / (custos) de exploração	(25.298)	(24.063)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	676.920	563.646
Custos com o pessoal	137.723	141.470
Outros gastos administrativos	82.667	76.667
Amortizações	34.611	34.005
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	255.001	252.142
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	421.919	311.504
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(90.932)	(110.908)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	398	(1.431)
Imparidade de outros ativos	(11.395)	(8.057)
Outras provisões	(152.039)	(122.320)
RESULTADO OPERACIONAL	167.951	68.788
Resultados por equivalência patrimonial	16.208	15.352
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	7.617	(1.056)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	191.776	83.084
Impostos		
Correntes	(17.978)	(21.993)
Diferidos	(67.493)	(34.922)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	106.305	26.169
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	1.388	2.893
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	107.693	29.062
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	112.866	57.815
Interesses que não controlam	(5.173)	(28.753)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	107.693	29.062
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,027	0,013
Diluído	0,027	0,013

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Milhares de euros)

	31 março 2022	31 dezembro 2021	31 março 2021 (reexpresso)
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.829.597	7.796.299	6.506.551
Disponibilidades em outras instituições de crédito	290.040	361.786	269.472
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	816.853	453.213	892.552
Crédito a clientes	55.120.873	54.972.401	52.342.052
Títulos de dívida	9.181.107	8.205.196	6.281.166
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.364.250	931.485	1.158.247
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	957.516	990.938	1.307.441
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10.438.349	12.890.988	13.466.818
Derivados de cobertura	455.823	109.059	106.521
Investimentos em associadas	457.266	462.338	449.660
Ativos não correntes detidos para venda	700.275	780.514	991.706
Propriedades de investimento	3.023	2.870	7.891
Outros ativos tangíveis	595.658	600.721	630.557
Goodwill e ativos intangíveis	252.954	256.213	237.269
Ativos por impostos correntes	20.204	17.283	12.435
Ativos por impostos diferidos	2.863.034	2.688.216	2.647.951
Outros ativos	2.214.498	1.385.292	1.112.062
TOTAL DO ATIVO	95.561.320	92.904.812	88.420.351
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	8.979.742	8.896.074	9.186.206
Recursos de clientes e outros empréstimos	71.944.040	69.560.227	65.192.226
Títulos de dívida não subordinada emitidos	2.158.734	2.188.363	1.817.891
Passivos subordinados	1.363.364	1.394.780	1.278.720
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	170.059	231.241	209.170
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.520.580	1.581.778	1.599.340
Derivados de cobertura	1.040.213	377.206	222.884
Provisões	521.657	458.744	408.046
Passivos por impostos correntes	8.191	20.427	10.439
Passivos por impostos diferidos	15.742	16.932	6.096
Outros passivos	1.269.212	1.116.983	1.193.569
TOTAL DO PASSIVO	88.991.534	85.842.755	81.124.587
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	4.725.000	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	259.528	259.528	254.464
Reservas e resultados acumulados	186.100	580.304	730.106
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	112.866	138.082	57.815
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	5.699.965	6.119.385	6.183.856
Interesses que não controlam	869.821	942.672	1.111.908
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	6.569.786	7.062.057	7.295.764
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	95.561.320	92.904.812	88.420.351

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (Core operating profit) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2022 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros três meses de 2022 e de 2021 não foram objeto de auditoria.